

Opinião dos economistas: ainda é cedo para saber.

— Pode ser até que a recuperação venha a definir-se, mas é prematura uma avaliação — afirmou ontem ao JT o ex-ministro da Fazenda e Planejamento Mário Henrique Simonsen. Sua opinião é compartilhada por outros importantes economistas, como o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, João Sayad, e confirmada seja por grupos de análise, seja por especialistas setoriais, como Marcel Solimeu, da Associação Comercial de São Paulo.

A definição de recessão é a de um período de queda real do PIB por dois trimestres consecutivos. A de retomada é de evolução real do PIB também por dois trimestres consecutivos. Como existem somente alguns dados positivos, referentes a janeiro e fevereiro, sendo porém números parciais, é cedo para a definição de retomada ser aplicada. "É preciso observar mais um pouco. É muito cedo para dar uma opinião" — adverte Simonsen.

Prematuro

— É prematuro imaginar que esteja havendo recuperação. Pelas informações que tenho, na melhor das hipóteses temos estabilização da economia — declara João Sayad.

Por enquanto, portanto, o que parece claro é que a severidade da recessão está atenuada. Um grupo de estudos que orienta importante organização paulista estima que a recessão atingiu seu ponto mais alto em fevereiro/março do ano passado. As conclusões desse grupo, porém, são de que a queda ainda persiste, o que se torna visível com a utilização de dados dessazonalizados, dos quais se retiram tanto influências erráticas quanto sazonais. Para esse grupo, a evolução de 3,5% na produção industrial de janeiro, como anunciou o IBGE, reflete mais um crescimento sobre o período crítico anterior, já que janeiro de 1983 mostrou o segundo pior resultado da história deste índice, que é levantado a partir de 1975. Conclusão semelhante foi obtida a partir da avaliação do emprego em São Paulo, ou seja, dos dados da Fiesp: a tendência é de queda, embora alguns números apontem para reabsorção de mão-de-obra.

— Qualquer sinal positivo é auspicioso, mas não o suficiente para se considerar que superamos a fase crítica e caminhamos para a recuperação — afirma Marcel Solimeu.

— Recessão não é um negócio de uma semana ou 15 dias. Também não é por eventuais melhorias numa semana que se dirá que se saiu da recessão — acrescenta Solimeu, que é diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial. Em sua opinião, a recessão é profunda e generalizada, portanto "sinais de recuperação de alguns setores, mesmo que confirmados, não indicam que se saiu dela. É preciso que os sinais se esprelem por todos os setores. O máximo que eu admito é que alguns setores estão tendendo a estabilizar a queda. É o que me parece admissível".

Os dados levantados pelo Instituto Gastão Vidigal mostram que a insolvência pessoal está crescendo, o que é avaliado tanto pela evolução dos títulos protestados quanto pelos novos negativos no Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC). O valor dos títulos protestados cresceu 273,7% entre fevereiro/83 e fevereiro/84 e, no mesmo período, o número de novos negativos aumentou 81,6%. Em período de 12 meses até fevereiro/84, o número de concordatas deferidas cresceu 94,9%, elevando-se a 79% o número de concordatas requeridas.

Dados macroeconômicos

Indicadores macroeconômicos, tais como o nível dos juros ou dados de arrecadação, não evidenciam que a recuperação econômica se prenuncia. Ao contrário, o nível dos juros reais mantém-se elevado (ainda que com pequena tendência de queda em algumas faixas), o crédito só existe aos níveis elevados de mercado e um indicador de liquidez da economia, a oferta de moeda, vem sendo crescentemente apertada, na perspectiva do cumprimento da promessa ao FMI de não expandir a base monetária e os meios de pagamento acima de 50% ao ano.

E o economista Carlos Longo, professor da Fipe-USP, acha que o principal condicionante macroeconômico para uma recuperação continua sendo a dívida externa. "Ela é muito elevada, não só em valor absoluto como em valor relativo. Nossa capacidade de pagar a dívida com exportações é pequena. O serviço da dívida consumiu 90% das exportações em 1983 e mesmo que caia para 80% este ano não chega para reverter o movimento autônomo de capitais, já que a dívida não pode ser paga a curto prazo. Não se deve, portanto, esperar investimentos de longo prazo. Os bancos estão preocupados com sua carteira de curto prazo.

Longo considera que mesmo resolvido o problema externo, com uma negociação de longo prazo em outras bases, "será preciso fazer a reforma bancária, isolando o Banco do Brasil do Banco Central, permitindo subsídios só com contrapartida no Orçamento Fiscal, bem como a reforma tributária, taxando todos os rendimentos". Além disso, acha necessário desdolarizar a economia, "única forma de baixar os juros internos".

A recuperação econômica, portanto, seria setorial, movimentada por exportações e produção rural, o que se reflete sobre segmentos da indústria, como os de tratores e caminhões, em face do esgotamento ou superutilização da frota.

— Fico em dúvida quanto ao porquê de uma recuperação. Exportações? Estão crescendo há mais tempo. Penso é em situações localizadas — afirma o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

— A arrecadação do ICM está caindo mais devagar. A queda está-se estabilizando — admite Sayad. — Mas é perigoso correlacionar menor queda com o produto caindo mais lentamente. A própria estabilidade da taxa da inflação faz com que a arrecadação do ICM se estabilize em termos reais. Portanto é difícil estabelecer uma relação precisa. A estabilidade atual seria mais decorrente da inflação do que da recuperação do emprego.

Fábio Pahim Jr.